



A sociologia histórica em Portugal: depoimento, crítica e história

Diogo Ramada Curto

Práticas da História, n.º 4 (2017): 195-220

www.praticasdahistoria.pt

A sociologia histórica em Portugal: depoimento, crítica e história

Diogo Ramada Curto*

O ensino e a investigação da sociologia histórica, em Portugal, constituíram uma experiência tentada no Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, por iniciativa de Vitorino Magalhães Godinho e de um pequeno grupo de discípulos, no último quartel do século XX. Fiz parte desse projecto, que foi concebido e vivido como um combate militante em prol de uma concepção da história aberta ao conjunto das ciências sociais – da economia à sociologia. Ao evocá-lo, não pretendo argumentar que se tratou de uma escola – sobretudo, quando as escolas se confundem com clientelas em busca de uma carreira – nem sequer me parece legítimo arvorar-me no seu intérprete privilegiado. Tão pouco pretendo – ao fazer a história de percursos de colegas que admiro pela sua craveira intelectual e cívica – justificar o meu itinerário, apresentando o modo de exercer o meu ofício como resultado de uma qualquer estratégia coerente. Não deixo, porém, de começar por reconhecer que as facilidades de inserção académica que a minha geração viveu acabaram por criar, em áreas menos dinâmicas e onde o recrutamento foi feito sem um critério baseado no mérito científico ou intelectual, ciclos de mediocridade que duram até hoje e irão persistir. Assim, o objectivo é relativamente modesto: trata-se de submeter algumas reflexões sobre o sentido dessa experiência que correspondeu, sem dúvida, a um projecto. Através de tais reflexões, algumas delas de extrema dureza

* IPRI-FCSH/NOVA.

Na redacção deste texto beneficei de numerosas críticas e sugestões de Bernardo Pinto da Cruz, Frederico Ágoas, João Pedro George, Jorge Pedreira, Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos, Pedro Tavares de Almeida, Ricardo Roque e Rui Santos. Porém, só o autor pode ser responsabilizado pelos erros e ideias que nele se encontram.

por implicarem críticas e denúncias, gostaria de perceber melhor e fazer compreender aos outros o sentido desse mesmo projecto, que alcançou alguns resultados, sobretudo do ponto de vista pessoal; mas que, a ser julgado pelos critérios comuns da institucionalização académica, se saldou num fracasso. Um fracasso que, um dia, haverá que explicar num quadro internacional mais vasto. Pois, apesar da influência e capacidade de irradiação intelectuais de alguns cultores da disciplina e do seu importantíssimo legado, o certo é que, a partir de finais da década de 1990, se assistiu a um progressivo apagamento, retracção e reconfiguração da sociologia histórica nos principais campos académicos¹.

A primeira reflexão consiste em descartar qualquer tentativa destinada a conferir à experiência em causa uma etiquetagem rígida, fixa, incluindo a da própria sociologia histórica. A sociologia histórica nunca foi um campo disciplinar fechado ou sequer muito homogéneo, nela conviveram várias tradições intelectuais, orientações analíticas e até códigos de linguagem. À sua escala, o grupo da FCSH reproduziu algumas dessas diferenças. Ou seja, a preocupação por uma definição rígida não existiu na época em que começámos a trabalhar nas salas de aula, em seminários, arquivos e bibliotecas. É que a obsessão classificatória e tipológica foi sobretudo uma preocupação dos que nos pretenderam acantonar, para depois nos relativizar, em correspondência com as inúmeras lutas pelo poder simbólico que atravessam o campo em que actua o *homo academicus*. Tenho, aliás, receio de que o exercício que

1 Este texto apresenta-se como um mero depoimento para uma história ou uma sociologia histórica das ciências sociais em Portugal. Como depoimento, corre o risco de oferecer uma visão parcial, mau grado nele se incorporarem algumas noções de forte sentido crítico – tais como a de institucionalização académica, de campo de relações, de competição, concorrência e clientelismo –, pedidas emprestadas a uma bibliografia especializada: Fritz Ringer, *The Decline of the Mandarins: The German Academic Community. 1890-1933* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969); Idem, *Education and Society in Modern Europe* (Bloomington: Indiana University Press, 1979); Idem, *Fields of Knowledge: French Academic Culture in a Comparative Perspective, 1890-1920* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992); Edward Shils, “Tradition, Ecology and Institution in the History of Sociology” [1970], in *The Constitution of Society*, ed. Fritz Ringer (Chicago: The University of Chicago Press, 1982), 275-383; Terry Nichols Clark, *Prophets and Patrons: The French University and the Emergence of the Social Sciences* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1973); S. N. Eisenstadt e M. Cúrelaru, *The Form of Sociology: Paradigms and Crises* (Nova Iorque: Wiley, 1976); Pierre Bourdieu, *Homo Academicus* (Paris: Minuit, 1984); Loïc Wacquant, “Towards an Archeology of Academe: A Critical Appreciation of Fritz Ringer’s ‘Fields of Knowledge’”, *Acta Sociologica* vol. 38 (1995): 181-186.

se espera de mim corresponda a mais uma dessas operações de etiquetagem simplificadora e de relativização dessa mesma experiência, pelo simples facto de surgir colocada a par de outras experiências e de outros projectos de muito menor fôlego, mas de maior institucionalização, acabando o seu significado por ser diluído através da comparação com aquilo que me parece ser incomparável.

Outra das reflexões prévias que tem de ser feita prende-se, mais directamente, com o meu estatuto de intérprete, que apresenta aqui o seu depoimento, mais um, do que foi uma experiência colectiva. O que equivale a dizer que – trinta ou quase quarenta anos depois de iniciada essa mesma experiência, dada a acumulação e a diversidade de percursos assumidos pelos que fizeram parte dela – não se trata apenas de exprimir o orgulho por ter trabalhado de perto com um mestre, que pode ser considerado o mais importante historiador português da segunda metade do século XX, nem tão pouco de o transformar numa bandeira da própria escola – propriedade monopolizada pelos seus seguidores mais próximos e por um qualquer *gatekeeper* em particular. Por maior que seja o reconhecimento da dimensão intelectual e cívica de Vitorino Magalhães Godinho, a obra feita pelos seus discípulos, bem como os seus percursos, também precisam de ser tidos em conta. O colectivo, mau grado todas as dificuldades que teve em se afirmar enquanto tal, ultrapassa os contributos do sujeito individual. Esta última afirmação tem, aliás, o mesmo valor atribuído ao peso das estruturas sobre o papel dos indivíduos e dos acontecimentos isolados – uma ideia partilhada e defendida pelo próprio Godinho.

Que não haja dúvidas, Magalhães Godinho foi um intelectual de projectos! As suas ideias acerca de um ensino universitário baseado na investigação, para a qual era necessário dispor de centros de pesquisa, bem como a sua ambição de abraçar, com espírito científico, diferentes disciplinas e de investir em lógicas interdisciplinares, capazes de ligar várias formas de conhecimento, sem deixar de conceder um lugar central à análise histórica, foram transferidas para o que tentou realizar em duas diferentes etapas da Universidade Nova de Lisboa. A primeira das quais aconteceu, ainda, na década de 1970. Godinho tra-

vou, então, um combate em nome de duas ideias: a da criação de uma escola de altos estudos em ciências sociais que fosse nova em Portugal, e que procurasse fugir às divisões em departamentos que reproduziam a lógica das antigas faculdades de letras, a que se poderiam juntar algumas das ciências sociais concebidas como outros tantos compartimentos estanques. Ora, em 1977, quando iniciei a minha licenciatura em história na Nova, já Godinho tinha sido derrotado duas vezes: à escala da Universidade com a sua divisão em Faculdades, separando a Economia das outras ciências sociais, num processo que envolveu o próprio reitor, o economista Alfredo de Sousa, que se doutorara em França com Celso Furtado, depois de ter contribuído para a modernização do projecto colonial português para África; e à escala da própria FCSH, a qual, reproduzindo a mesma lógica de sucessiva segmentação, já se encontrava também ela dividida em departamentos. As versões sobre o que então se passou oscilam. Em termos individuais, Godinho fora, pura e simplesmente, afastado do Departamento de História da FCSH. Expulso, no testemunho de alguns que participaram em reuniões, e, uma vez ocorrido o afastamento, tomou a seu cargo a missão de criar o Departamento de Sociologia, logo no ano seguinte.

A partir de então, Godinho ficou limitado a um único departamento, o de sociologia. O seu projecto de ambição global, a sua concepção de uma *histoire totale*, teve de ser reduzido e adaptado à pequena escala. Apesar de ter colaborado com o Departamento de Antropologia, em virtude do poder informal de que dispunha, e, mais tarde, mas de um modo muito parcelar, no próprio Departamento de História, onde ensinou durante alguns anos “Teoria da História”, o seu projecto para o Departamento de Sociologia acabou por ser a recriação do que, antes, defendera para o conjunto da Universidade Nova e depois da FCSH. Procurou, por isso, rodear-se de um conjunto de investigadores – jovens acabados de licenciar e outros que já contavam com uma experiência de ensino liceal – com capacidade para investigar e ensinar em áreas tão variadas quanto a sociologia, a economia, a história, a psicologia social, a demografia, a geografia, a ciência política, o urbanismo, o planeamento, as organizações, etc. A interdisciplinaridade foi, sobretudo, um ins-

trumento de afirmação de um conjunto de investigadores que tinha na história o seu principal território de investigação. Integravam o grupo, formando o seu núcleo duro, David Justino, um pouco mais velho que os seguintes, licenciado em Economia, Pedro Tavares de Almeida, Francisco Bethencourt, Jorge Pedreira, Rui Santos, que se licenciaram em história na Faculdade de Letras de Lisboa, e eu próprio, que acabara de concluir o primeiro curso de licenciatura em história da FCSH. A esta meia dúzia de historiadores acabou por se juntar a socióloga Margarida Marques na criação de um Gabinete, depois Instituto, de Sociologia Histórica – que talvez pudesse ter sido o embrião de alguma coisa, mas que na prática não passou de uma ficção institucional, aliás saudavelmente reconhecida como tal pelos seus membros –, o que ocorreu já em meados da década de 1990.

Na vida desse minúsculo grupo foi decisivo o período que decorreu entre a sua formação, que pode ser datada de 1982, quando começámos a leccionar naquele que veio a ser o primeiro curso de licenciatura em Sociologia da FCSH, e os meados da década de 1990. Foi a partir desta altura, com Godinho já retirado, que os seus membros se doutoraram, criaram seminários de investigação, organizaram um mestrado e fundaram, pelo menos no papel, o referido Instituto de Sociologia Histórica, que nunca chegou a ter um verdadeiro financiamento próprio. Com base nesta configuração de ensino e investigação, existem pelo menos três aspectos que, pela sua relevância, importa reter. Escusado será dizer que eles estão profundamente interligados.

O primeiro diz respeito à concepção da história que Godinho procurou praticar, a partir do seminário livre de investigação que se reunia semanalmente. A pequena história desse lugar, único, de encontro e troca de ideias está por fazer. Recordo-me de o ter começado a frequentar no último ano da minha licenciatura, em 1981, e que terá continuado por mais cinco ou seis anos. A uma exposição inicial que, no caso de Godinho, se prendia quase sempre com os problemas estruturais da sociedade portuguesa, podendo implicar tanto o tratamento de livros e manuais de contabilidade, como a leitura do *Filodemo* de Camões, seguia-se uma discussão. Através desta lembrança, o que pre-

tendo apenas é recuar a uma matriz inicial constitutiva de uma cultura de seminário, onde a experiência da investigação e de debate crítico estiveram bem no centro das preocupações de um colectivo. Ora, foi essa mesma cultura de seminário, em torno de uma grande mesa, que Godinho também procurou fazer valer nas reuniões da Associação de História Económica e Social que, durante o início dos anos 1980, tiveram lugar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, por iniciativa daquele que foi o seu mais antigo discípulo, o historiador Joaquim Romero Magalhães.

Uma tal concepção da história, que encontrava expressão nos seminários semanais e em reuniões periódicas, mobilizando investigadores e colegas que trabalhavam em muitas outras instituições, teve na *Revista de História Económica e Social* (1978-1989), nos *Cadernos* que a completavam e na editora Sá da Costa outros canais de formação e de debate. Claro que o modelo que se encontrava por detrás remontava aos próprios *Annales*, ou seja, aos ensinamentos de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. A sua reprodução, à escala portuguesa, não era feita com servilismo, nem tão-pouco com simplismos. Necessário era também conseguir incorporar, criticamente, o pensamento e a experiência analítica de Oliveira Martins, António Sérgio, Jaime Cortesão, Veiga Simões e tantos outros. Há décadas que Godinho o tentava, primeiro com a *Cosmos*, desde a década de 1940, mas foi sobretudo ao longo da década de 1960, quando viveu durante quase uma década desempregado e numa situação económica particularmente difícil, que os seus projectos editoriais se multiplicaram. No final da década de 1970, ao lado do projecto da referida revista com a Sá da Costa, a colecção “Coordenadas” da *Cosmos* (ao lado da colaboração com a editora Arcádia) constituiu-se num outro projecto onde a sociologia e a história estiveram bem presentes. Foram, então, publicadas traduções de Barington Moore Jr., de Georges Gurvitch e das actas de importantes colóquios de história social, entre outras obras.

No seu conjunto, todas estas diferentes instâncias – Departamento de Sociologia da FCSH-UNL, seminários, reuniões da Associação de História Económica e Social, respectiva revista e projectos editoriais,

entre a Sá da Costa e a Cosmos – foram postas ao serviço de um projecto maior, ou seja, de um combate por uma história aberta às ciências sociais, bem como de uma ciência social pensada historicamente. Claro que esse projecto tinha na experiência francesa de Godinho uma das suas principais matrizes. A título de exemplo, a própria obra do sociólogo de Harvard, Barrington Moore Jr., que tantas vezes é apresentada como constitutiva de uma sociologia histórica norte-americana, *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (1966), tinha sido objecto, três anos após a sua publicação, de uma tradução para francês, pela Maspero. Mas o mais importante é perceber como é que a concepção de história ou de sociologia histórica que Godinho procurava “trazer” para Portugal, partilhando-a com um grupo alargado de discípulos e colegas, contrastava com a visão acanhada que se ensinava nos departamentos de história das universidades portuguesas.

A minha própria experiência de aluno de uma dessas licenciaturas serve-me de prova, e de fundamento, para um depoimento que tem o valor limitado de testemunho directo singular. O que ali se ensinava correspondia a uma concepção da história baseada em quatro grandes períodos – Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea –, centrada na história da Europa, sobretudo de França, e que adoptava, como quadro principal de compreensão da história, a unidade nacional. Era, pois, uma concepção pretensamente exaustiva do ponto de vista temporal e que desde a Idade Média se desdobrava em três dimensões: económica e social, institucional e política, e cultural e das mentalidades. Dimensões que, em lugar de se constituírem num todo integrado, concatenado, acabaram por se transformar em peças de uma retórica que, a pretexto da exaustividade, apenas assegurava compartimentos estanques postos ao serviço de interesses pessoais de carreira. A. H. de Oliveira Marques, que dirigiu o Departamento de História e a FCSH, autor de obras fundamentais da historiografia portuguesa como a *Introdução à História da Agricultura*, *A Hansa* e *A Sociedade Medieval Portuguesa*, tinha-se dobrado de historiador do século XX português. Porém, a sua presença dentro da sala de aula limitava-se, na altura, aos seus dotes oratórios e a um gosto empírico pela

paleografia. Para além disso, a maior parte dos professores que tive-
liam as suas aulas, mostravam-se pouco ou nada actualizados nas suas
referências bibliográficas e não pareciam ter qualquer tipo de curiosi-
dade pelas ciências sociais. Havia, é claro, excepções, criadas sobretudo
pelos docentes mais jovens. Era o que sucedia com o jovem Luís Krus,
que morreu cedo e que praticava um ensino baseado numa bibliografia
actualizada, aberta à sociologia de Bourdieu e à antropologia. Recor-
do-me também que a edição completa, em três volumes, de *Civilisation
matérielle, économie et capitalisme* de Braudel, publicada em 1979, foi
mostrada nas aulas por Joel Serrão, mas daí nada resultou. A história
dos descobrimentos seguia os ensinamentos de Damião Peres e, por
vezes sucessivas, ouvia-se nas aulas uma espécie de fel destilado em
relação a Jaime Cortesão, um ensaísta... que por acaso até foi, entre os
historiadores portugueses do século XX, aquele que mais documentos
publicou. Enfim, um cenário desolador – valorizador de uma história
de Portugal desligada dos projectos imperiais ou coloniais, reduzidos
à história dos Descobrimentos – feito de perspectivas eurocêntricas,
desactualizado de um ponto de vista bibliográfico e pouco ou nada
centrado na leitura dos textos fundamentais, onde os “apontamentos”,
transcrição da palavra dos professores, assumiam uma função central
no quadro de um ensino repetitivo apartado da investigação. Acrescen-
te-se, ainda, que as orientações introduzidas no Departamento de His-
tória pelos colegas António Manuel Hespanha, Fernando Rosas e Luís
Filipe Tomaz ajudaram a mudar o cenário que conheci enquanto aluno,
mas foram posteriores. Tudo isto se passou na FCSH, creio que era
diferente o curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa, onde
se formaram os meus colegas, até ao início dos anos 1980. Podia pade-
cer de uma certa desorientação, quase desordem, onde cada professor
respondia por si, mas apesar de tudo existia uma abertura às ciências
sociais; o único problema estava em que essa mesma abertura tinha de
conviver com o conservadorismo académico mais retrógrado.

Só quando me licenciiei e comecei a estudar com Vitorino Maga-
lhães Godinho, num autêntico sistema tutorial que partilhei com Fran-
cisco Bethencourt, percebi que os caminhos da história eram outros.

Numa altura em que os livros eram raros e as bibliotecas ainda piores do que o são hoje em Portugal, recordo-me de que uma das primeiras coisas a que tivemos acesso foi um ficheiro bibliográfico organizado por temas, estabelecido metodicamente por Godinho. Dele constavam a colectânea *Center and Periphery*, de Edward Shils, algumas obras de Simon Kuznets sobre o crescimento económico, outras do sociólogo George Gurvitch, e tantas outras referências que desconhecia. Nessas visitas a casa de Godinho, o fascínio que sentíamos dizia respeito ao modo de estabelecer relações entre campos e objectos de estudo aparentemente tão diferentes. Ao mesmo tempo, Godinho falava da sua experiência de investigação e depois de ensino em França, reconstituindo a sua própria genealogia intelectual em que se assumia como discípulo de Lucien Febvre e colega de Fernand Braudel. Foi no contacto com essa mesma experiência internacional que começámos a viajar para fora de Portugal. No fundo, essa mesma experiência tutorial acabou por se conjugar com a participação nos referidos seminários, discussões em reuniões alargadas na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra onde contactávamos com Romero Magalhães, e, sobretudo, com a nossa integração no Departamento de Sociologia.

Na década de 1980, no centro das preocupações de investigação colectivamente assumidas estava a sociedade portuguesa, com as suas constantes estruturais e os seus bloqueios à modernização; manutenção de uma estrutura fundiária a implicar uma divisão entre senhores e camponeses, com as quintas e seus respectivos padrões de consumo a ocuparem o lugar que deveriam desempenhar as cidades médias, inexistentes em Portugal; ausência, portanto, de uma burguesia ou de uma classe média, articulada com a noção de um Estado alfandegário e mercantilizado, apropriado por uma oligarquia nobiliárquico-eclesiástica; a difícil transformação de um povo de analfabetos, entregue a um ócio vazio, numa sociedade caracterizada pela cidadania; uma cultura que não conseguiu sedimentar-se na escrita e na reprodução pelo impresso, e que se caracterizava pela passagem de uma cultura oral a uma cultura do audio-visual, etc. Dois dos melhores exemplos dessa preocupação por Portugal foram concretizados por Romero Magalhães, nas duas

monografias sobre o Algarve do Antigo Regime, e por David Justino, na sua tese sobre a formação do mercado interno português ao longo do século XIX. Tais obras passaram a constituir-se em modelos de investigação e padrões de estudo rigoroso, não tanto para serem utilizados como matrizes a reproduzir, mas como pontos de uma fasquia colocada lá no alto. Em ambos os casos, a preocupação com a modernização e os bloqueios ao crescimento económico da sociedade portuguesa eram o que contava e se afigurava urgente fazer compreender.

Apesar das referências sucessivas à sua obra de maior fôlego, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, que por esses mesmos anos foi revista e reeditada, Godinho sempre deixou uma grande margem para que cada membro do grupo encontrasse os seus objectos de estudo. A condição era que tais objectos correspondessem à formulação de um problema pertinente. Pedro Tavares de Almeida começou, então, a estudar o sistema político da segunda metade do século XIX, focando-se inicialmente nas eleições e no caciquismo e, depois, no recrutamento das elites e na construção do Estado; Jorge Pedreira centrou-se no estudo dos negociantes e mercadores do Pombalismo, mas o seu campo de pesquisa alargou-se, desde cedo, às questões da industrialização e do crescimento económico no século XIX; Rui Santos dedicou a sua atenção ao estudo da grande propriedade, com base no Alentejo setecentista, envolvendo-se na investigação comparada das sociedades rurais e economias agrícolas; Francisco Bethencourt concentrou-se na perseguição inquisitorial às bruxas do século XVI; e eu próprio no discurso político seiscentista. À luz deste simples inventário, os temas escolhidos pertenciam todos a uma história limitada ao Portugal continental, vista a partir de inquéritos monográficos que se alargavam ao estudo, na longa duração, dos séculos XVI a XIX. De facto, nos tempos que se seguiram à descolonização existia um consenso, silencioso e pouco enunciado, acerca da recusa em estudar matérias relativas à expansão imperial. Porém, no tratamento de tais temas e, sobretudo, na prática do ensino no Departamento de Sociologia, não se tratava de alimentar qualquer tipo de excepcionalismo da história de Portugal, mas sim de procurar inserir o estudo da nação no quadro de uma sociologia histórica aberta

às comparações, capaz de aproveitar os contributos teóricos de uma história do pensamento social, bem como as reflexões metodológicas ajustadas às ciências sociais e integrando, ainda, diferentes tradições intrinsecamente interdisciplinares: da sociologia e economia históricas à sociologia política ou à sociologia e antropologia da cultura. Todos estes modos de conhecer a sociedade estavam, aliás, plasmados nas disciplinas que o mesmo grupo ensinava no Departamento. Independentemente dos resultados alcançados, foi no assumir dessa concepção aberta que consistiu o grande mérito do grupo da sociologia histórica

Chegado a este ponto, o depoimento corre o risco de se transformar numa espécie de evocação saudosista, relativa ao sonho de um conhecimento aberto capaz de cruzar a história com a sociologia e as ciências sociais. E o risco de lamechice é ainda maior se pensarmos que se tratou de um tempo de formação, com um enorme potencial, vivido de uma forma integrada, como se os discípulos constituíssem um bloco em torno do seu mestre. Porém, nada disso aconteceu. A pluralidade de orientações e a divergência de opiniões no interior do pequeno grupo estiveram sempre presentes. Começavam por ser geracionais e, por isso, determinadas por outras orientações como aquelas que eram provenientes de um modo de fazer a sociologia histórica modelado por tradições anglo-americanas, que nem sempre escapavam à enorme cultura, mas mais afrancesada, de Godinho. A tradução para português de S. N. Eisenstadt, *A Dinâmica das Civilizações* (1991), com apresentação de Tavares de Almeida, Jorge Pedreira e Rui Santos, é uma prova dessa outra orientação, apesar de esta ainda ter sido estimulada pelo próprio Godinho. Mas existiam outras clivagens, relacionadas com modos de pôr em causa algumas certezas relativas ao modo de pensar a evolução histórica e a rigidez dos “palliers en profondeur” de Gurvitch. Neste caso, a inspiração vinha de uma história cultural e social onde se cruzavam Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Jacques Revel, Norbert Elias e E. P. Thompson. A questão das representações, a centralidade dos discursos e das linguagens, a genealogia dos saberes, a perspectiva do género, o potencial das epistemologias do fragmento nas suas relações com a criatividade individual

(*agency*), ao permitirem que uma escala micro de análise pudesse desafiar macro-estruturas e pôr em causa processos de civilização lineares ou teleológicos, determinaram a procura de objectos mais críticos e experimentais. Por sua vez, estes últimos surgiam associados a uma cultura popular, aos artefactos de uma cultura de que resultavam livros e aparatos simbólicos, sem descurar o funcionamento dos poderes do Estado e da Igreja, nas suas diferentes escalas – constituindo-se em laboratórios, insista-se, mais experimentais, menos pré-determinados. A colecção “Memória e Sociedade”, criada por Francisco Bethencourt e por mim próprio, em 1988, procurou dar conta desse conjunto de orientações, em parte concebidas contra Godinho e a sua geração dos *Annales*. Aliás, o próprio projecto dessa colecção não mereceu de início a aprovação do mestre, que só mais tarde acabou por reconhecer a iniciativa como válida, publicando connosco uma obra em que retomava o estudo do império, na perspectiva de uma história total bem à maneira dos *Annales*: indo dos mitos à mercadoria, ou seja, das super-estruturas às estruturas materiais.

Mesmo que existam outros modos de pensar essas clivagens internas, incluindo essa forma mais culturalista, porque fundada na preocupação pela *Memória da Nação*, é talvez chegado o momento de enunciar a existência de duas outras grandes clivagens, que são sobretudo externas ao funcionamento do referido grupo. A primeira diz respeito ao facto de que o dinamismo do grupo de historiadores a trabalhar no Departamento de Sociologia e a tomar conta de várias áreas disciplinares mais propriamente sociológicas provocou reacções da parte dos que pretendiam alcançar uma espécie de sociologia pura. Estes, na sua dupla insegurança institucional e de conhecimentos, conseguiram isolar-nos e destruir, em parte, o nosso projecto. Também se poderá objectar que a história dos conflitos no Departamento de Sociologia não se pode resumir a um confronto entre ‘santos’ e ‘pecadores’; e importa assumir que uma parte das divisões não decorreram de rivalidades disciplinares centradas no grupo da sociologia histórica. Tudo isto, apesar de alguns que se reclamavam da sociologia pura, nas suas teses e dissertações, terem acabado por reconhecer que se existia alguma especificidade no

seu pensamento ela era tributária de uma perspectiva histórica e interdisciplinar, não podendo confundir-se com uma visão pretensamente pura da sociologia. A segunda clivagem – também ela externa, mas mais difícil de reconhecer, pelo facto de ter sido silenciosa e nunca se ter tornado explícita – teve igualmente lugar dentro dos muros da FCSH-UNL, dizendo respeito ao confronto com o Departamento de História. A falta de dinamismo intelectual deste último – em contraste claro com o que sucedia com a *Revista de História Económica e Social* e com aquilo que o pequeno grupo de sociologia histórica procurava fazer no Departamento de Sociologia – só foi compensada pela existência de dois projectos de história de Portugal que começaram a ser gizados no final da década de 1980 no seio do Departamento de História: a *Nova História de Portugal* dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão, cuja publicação se iniciou em 1990; e a *História de Portugal* de José Mattoso, entre 1993 e 1994.

A experiência colectiva com foros de projecto que se foi desenhando, à medida que avançavam a formação e cresciam as investigações do pequeno grupo de historiadores do Departamento de Sociologia, pode ser sistematizada segundo um conjunto de traves-mestras. Antes de mais, o seu modo de funcionamento processava-se em torno de um mestre cuja autoridade e carisma era reconhecido por todos, sem que tal eliminasse tensões ou clivagens internas, nas quais se descobriam dissensões de natureza intelectual. Aliás, esta foi uma grande vantagem: cada um pensava por si, ninguém quis ser a “voz do dono”, e embora nos reconheçamos, orgulhosamente, como seus discípulos, nenhum se tornou um mero “epígono”. Quanto às clivagens externas, a autoridade de Godinho, mau grado a marginalização a que foram votados os seus projectos para a FCSH, no seu conjunto, era reconhecida, muito para além do grupo que o rodeava, e constituía uma espécie de protecção para os que se encontravam no início das suas carreiras. Mais importante, na caracterização do trabalho efectuado colectivamente, é reconhecer, tanto na prática do ensino como da investigação, preocupações que estavam situadas muito para além da história de Portugal. A este respeito, mais correcto será considerar que o objecto que se tomava

como ponto de partida respondia a uma dupla preocupação: por um lado, a de estudar as estruturas da sociedade portuguesa, preocupação que obrigava a mergulhar na longa duração para detectar as constantes estruturais, muito em sintonia com as teorias da modernização e a identificação dos bloqueios, tal como Godinho tinha feito em *As Estruturas da Antiga Sociedade Portuguesa*; por outro lado, os problemas da sociedade portuguesa teriam de responder a problemas formulados a partir do presente, com base em preocupações moldadas por um espírito cívico e comprometido com a actualidade. De qualquer modo, esse mesmo laboratório de estudo – do qual nem sempre resultaram livros e estudos, tendo os seus contributos ficado reduzidos ao que se comunicava dentro da sala de aulas e em seminários – levou alguns de nós a estudar seriamente o século XX em Portugal, no que respeita às estruturas agrárias, assimetrias regionais, estratificação social, transição do autoritarismo para a democracia, consumos culturais, lugares da memória e reconstrução de uma história intelectual relativa à identidade nacional. De facto, desde o início da década de 1980, a constante curiosidade pela bibliografia actualizada sobre a nação (Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Ernest Gellner, etc.) tinha reforçado, em todos nós, a certeza de que só numa perspectiva comparada se poderiam equacionar diferentes padrões de modernização e de construção das nações no Sul da Europa. Mas não era só a curiosidade bibliográfica que impunha o recurso às comparações, para o recurso ao método comparativo foram decisivas as experiências de internacionalização. A estadia de David Justino em Paris sob a orientação de Maurice Lévy-Leboyer foi, talvez, uma experiência pioneira que nos incitou, a todos, a partir e a tentar a mesma sorte. O reconhecimento que o mesmo mereceu, quando recebeu o Prémio Gulbenkian de Ciência (1987), teve o mesmo efeito de estímulo. Pioneira foi, em 1991, a publicação de um capítulo de Jorge Pedreira, num livro editado por Paul Bairoch, *The Obstacles to Early Industrialization in Portugal (1800-1870). A Comparative Perspective*. Ao qual se seguiu a tese de doutoramento constituída pelo estudo comparativo de Francisco Bethencourt acerca das Inquisições em Itália, Espanha e Portugal, subordinado à questão da modernização.

Nessa transição da década de 1980 para a seguinte, posso relatar a minha própria experiência por ela traduzir o projecto colectivo em causa, nas suas relações com um campo mais vasto e internacional. Trata-se do momento em que começávamos individualmente a dar provas, através da publicação dos primeiros livros. Em 1987, Francisco Bethencourt e eu organizámos uma conferência na Gulbenkian sobre a “Memória da Nação”. Pretendíamos, com isso, inserir as investigações sobre a história de Portugal numa tendência mais geral de estudos sobre a nação que favoreciam a comparação e se apartavam de qualquer reivindicação de uma identidade excepcional; ao mesmo tempo, enveredávamos por um estudo mais social e cultural das representações e da memória colectiva seguindo exemplos que se multiplicavam na recente bibliografia anglo-americana e francesa, de Benedict Anderson a Pierre Nora. Em 1989, publiquei em colaboração com Jean Aubin, mas seguindo uma proposta que me tinha sido feita por Roger Chartier e Jacques Revel, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) um primeiro volume, em francês, sobre *La Recherche en Histoire du Portugal*. Tratava-se de dar a conhecer fora o que se fazia cá dentro. Um segundo volume foi preparado, mas nunca chegou a sair. Entretanto, em 1988, com Francisco Bethencourt, lançou a colecção “Memória e Sociedade”, na Editorial Difel, que dirigi sozinho a partir de 1995 e que durou até 2005. Quase quatro dezenas de títulos foram publicados, a maior parte traduções de historiadores e cientistas sociais, algumas delas recolhidas que nunca tinham saído noutros lugares, com notas de apresentação e índices. Os primeiros livros de Pedro Tavares de Almeida e de Jorge Pedreira saíram na mesma colecção. Os objectivos eram claros: interdisciplinaridade e abertura ao conjunto das ciências sociais, sem recusar uma aproximação às ciências do texto e à história da literatura, apesar de ser colocada uma tónica maior na análise história; necessidade absoluta de inverter os termos de uma troca desigual, ou seja, interessava fazer um trabalho de actualização bibliográfica, de tradução e de interpretação que não colocasse o campo historiográfico e das ciências sociais em Portugal na dependência ou na semi-periferia em relação aos grandes centros de produção científica e intelectual; e,

sobretudo, estabelecimento de contacto com autores de ruptura nas ciências sociais e nas humanidades, de Hans Blumenberg ou Niklas Luhmann a Clifford Geertz ou Albert O. Hirschman. De um outro teor, mais individual, foi o início da minha colaboração com o jornal *Público* (1990-1993), uma colaboração também partilhada com Jorge Pedreira e Rui Santos.

Por volta de 1995, já estava em pleno funcionamento o mestrado da responsabilidade do pequeno grupo de sociologia histórica, que também tomou a seu cargo relançar um seminário livre anual de investigação em história e ciências sociais. A capacidade de atracção de uma nova geração para esse mestrado e para o trabalho colectivo de crítica em seminário, que veio a beneficiar das facilidades de financiamento da FCT, a partir de 1997, com bolsas que inicialmente eram de dois anos, levou à constituição de um novo grupo. As teses de mestrado de uma nova geração de investigadores, que começaram a ser defendidas e publicadas a partir de 1998, constituem um dos objectos mais concretos e um dos melhores resultados do trabalho do grupo de sociologia histórica. O mesmo se diga da orientação internacionalizada que foi dada, desde o início, a essa nova geração onde muitos foram os que vieram a escolher prestigiadas instituições universitárias no estrangeiro para realizar os seus doutoramentos. Foi o caso do Instituto Universitário Europeu (Florença), da Universidade de Cambridge, do King's College (Londres) e da School of Oriental and African Studies (SOAS, Universidade de Londres). Um impulso decisivo para a mesma internacionalização de uma nova geração foi dado pela realização de pequenos estágios nas universidades de Princeton (por iniciativa de Pedro Tavares de Almeida, em colaboração com Nancy Bermeo) e de Brown (por proposta minha, apoio da FLAD, e acolhimento entusiástico de sucessivos grupos por parte de Onésimo Teotónio de Almeida). Dessa nova geração – que realizou mestrados em sociologia histórica e doutoramentos em diferentes áreas fora de Portugal ou que completou, sob a direcção do grupo inicial, as suas teses de doutoramento, com diversas datas de entrada e de saída, cujos membros hoje trabalham em diferentes instituições ou centros de pesquisa –, o núcleo duro e mais

produtivo foi constituído por João Pedro George, Inês Brasão, Ricardo Roque, Tiago Fernandes, Paula Gonçalves, Nuno Domingos, Nuno Dias, Miguel Bandeira Jerónimo, Rui Branco, Frederico Ágoas, Nuno Medeiros, Tiago Santos, Tiago Pires Marques, Rahul Kumar, Paulo Silveira e Sousa e Fernando Tavares Pimenta.

Quatro temas principais têm sido trabalhados por essa nova geração, em estreita relação com uma série de laboratórios onde se concretizaram novas experiências colectivas de investigação. Primeiro, uma sociologia histórica do Estado e das elites, extensiva ao estudo da sociedade civil e dos movimentos sociais, foi pensada na longa duração e a partir de quadros comparativos: do Liberalismo ao Estado Novo e à transição para a democracia. Esta foi a linha de pesquisa que mais se conseguiu organizar de um ponto de vista institucional, graças a um trabalho paciente de orientação e coordenação conduzido por Pedro Tavares de Almeida no Departamento de Estudos Políticos da FCSH. Uma série de projectos de investigação e de livros colectivos constitui, aqui, a expressão mais palpável dos resultados alcançados, em estreita ligação com uma renovada base de recrutamento de jovens investigadores estrangeiros ou com doutoramentos fora de Portugal na área da ciência política. Segundo, uma sociologia histórica dos impérios e dos processos coloniais tem procurado articular diferentes laboratórios: das investigações de carácter monográfico associadas às questões do trabalho ou às atitudes políticas dos colonos brancos, das abordagens ao racismo ou ao estudo das formas de cultura e conhecimento científico em contexto colonial. Da série de projectos e de livros colectivos ou individuais que dão corpo a esta mesma linha de pesquisa, os mais importantes foram editados por Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos e Fernando Pimenta. Terceira área de investigação: a da sociologia das migrações, construída a partir de uma série de projectos de pesquisa empírica por Margarida Marques e Rui Santos, traduzida em várias publicações que se cruzam com os reflexos de heranças coloniais na metrópole. A sua localização institucional tem estado associada a um mestrado sobre migrações da FCSH e a uma série de iniciativas de investigação que incluem questões acerca do funcionamento do mer-

cado de trabalho: da escravatura ao trabalho forçado ou às formas de trabalho servil feminino. A quarta e última área temática é constituída por uma sociologia da cultura e do conhecimento, também ela investida de uma forte dimensão histórica. Um projecto colectivo de investigação sobre a sociologia da leitura permitiu, num primeiro momento, definir um conjunto muito heterogéneo de pesquisas: das construções mais intelectualizadas, associadas aos meios literários e científicos, às instituições oficiais e bibliotecas, nas suas ligações ao mercado do livro e à cultura popular; dos percursos biográficos de escritores, mais ou menos marginais, às práticas dos leitores comuns.

Estas quatro áreas temáticas de investigação sobre a história contemporânea têm sido desenvolvidas em relação estreita com uma bibliografia actualizada de ciências sociais e num quadro verdadeiramente internacionalizado de pesquisa. Na construção destes alicerces, foram decisivas as experiências regulares de vida – de ensino, investigação e doutoramento, por parte dos membros do grupo – fora de Portugal. Aliás, a mesma orientação internacional também se tem feito sentir num trabalho editorial policêntrico, que tem sido desenvolvido com persistência e tenacidade por vários membros do grupo, pertencentes a diferentes gerações. Refiro-me às colecções de Pedro Tavares de Almeida, “Estudos Políticos” (Livros Horizonte); Margarida Marques, “Migrações” (Fim de Século); e da colecção que dirijo em conjunto com Miguel Jerónimo e Nuno Domingos, “História e Sociedade” (Edições 70).

Não basta afirmar que nessas mesmas áreas temáticas se projectaram as marcas de um esforço permanente de internacionalização. Aliás, uma afirmação deste tipo corre o risco de se banalizar e diluir em reivindicações congêneres de carácter celebratório protagonizadas por outros grupos. Mais importante será compreender um conjunto de características comuns acerca do modo como têm operado as mesmas áreas, tendo em vista traçar um diagnóstico das suas potencialidades e fraquezas. Refiro-me, antes de mais, ao carácter empírico, mais propriamente analítico, das investigações em causa. Ou seja, o contacto permanente, estabelecido por via do ensino mas também através do trabalho editorial, com uma extensa bibliografia teórica e metodoló-

gica gerou as condições propícias ao desenvolvimento de investigações centradas em objectos concretos, no tratamento dos quais fica implícita uma espécie de teoria da prática analítica. Assim, ao contrário de muitos círculos de historiadores que, atormentados por uma espécie de formação sempre deficitária da teoria, têm necessidade de alardear “modelos” e “teorias”, senão mesmo de enveredar pelos caminhos da “filosofia política”, a orientação analítica cruza as referidas áreas temáticas. Depois, nem que seja numa linguagem telegráfica, a desenvolver mais tarde, será preciso notar que em todas estas áreas de investigação existiu um esforço continuado de incorporação dos grandes debates das ciências sociais. Refiro-me, com base numa série de oposições esquemáticas: ao questionamento das teorias da modernização; às certezas das abordagens macro atentas às grandes estruturas quando confrontadas com quadros e situações reconstituídas a uma escala micro de análise; ao embate das abordagens de história comparada relativamente a uma história cultural e intelectual mais atenta à produção de significados, à construção reflexiva das identidades ou à voz de culturas subalternas; e, ainda, às variações de escala e de unidades de análise, da nação aos impérios coloniais ou aos circuitos e redes situados a uma escala global.

Se as referidas quatro áreas temáticas não dão conta de todas as capacidades e da natureza dos debates – estes associados a uma cultura de crítica e de discussão, suscitada por seminários e conferências –, tão-pouco revelam os seus limites de um ponto de vista organizacional e institucional. O que equivale a dizer que as potencialidades de investigação e de direcção de pesquisas, por parte dos membros do grupo inicial, constituído pelos discípulos de Godinho, se acabaram por alargar a outras áreas, tais como a de uma sociologia ou história económica, bem como à da sociologia da educação. Mas, mesmo mantendo só o foco nas referidas quatro áreas, são por demais evidentes os limites de organização e de promoção institucional que travaram a formação de uma escola de sociologia histórica. A este respeito, será escusado vender gato por lebre, embarcando numa espécie de discurso celebratório acerca do trabalho empreendido e dos resultados alcançados. Contra a ideia de que a garrafa está meio cheia, mais valerá reconhecer que,

apesar de tudo o que se alcançou, a garrafa está meio vazia. Porquê? O desafio cívico e o apelo à internacionalização, que eram duas das forças do grupo, acabaram por ser as principais razões do seu fracasso organizacional; este, para ter sido evitado, teria exigido quase uma guerra de trincheiras na instituição inicial, isto é, na FCSH. Guerra que, depois dos primeiros embates, a geração dos discípulos de Godinho não esteve disponível para travar. Em sua substituição, vários foram os desafios individuais que responderam a outros apelos e conduziram a outros rumos: David Justino assumiu vários cargos públicos e foi Ministro da Educação; o mesmo se passou com Jorge Pedreira que foi Secretário de Estado da Educação; Rui Santos também foi nomeado para um cargo de direcção no Ministério da Ciência; Francisco Bethencourt aceitou ser Director da Biblioteca Nacional e do Centro Cultural da Fundação Gulbenkian em Paris, sendo hoje Professor da Cátedra Charles Boxer no King's College (Universidade de Londres); e o autor deste texto, depois de ter partilhado uma experiência de ensino na Universidade de Brown com Francisco Bethencourt e Jorge Pedreira, e de ter leccionado na Universidade de Yale, foi durante oito anos Professor da Cátedra Vasco da Gama em História da Expansão Europeia no Instituto Universitário Europeu (Florença). Em comparação com tais desafios, tem de ser reconhecida a experiência bem-sucedida de Pedro Tavares de Almeida que, depois de uma experiência de investigação na Universidade de Princeton, desenvolveu uma sólida e bem sedimentada estratégia de organização institucional, coordenando hoje um dos melhores departamentos da FCSH.

De qualquer modo, uma vez reconhecido o falhanço na organização institucional de uma escola, única base a partir da qual se podem criar perspectivas de carreira, no sentido do exercício regular de um ofício, há que perceber que se assistiu à criação de vias alternativas para o seu funcionamento. Porventura, menos hierárquicas, logo, mais horizontais de relacionamento. Menos propensas ao recrutamento endogâmico, mais abertas e flexíveis à articulação com outras disciplinas e outros grupos. Por exemplo, Tiago Pires Marques e Miguel Bandeira Jerónimo, com mestrado em sociologia histórica pela FCSH, dou-

toramento em história, respectivamente, pelo Instituto Universitário Europeu e pelo King's College, são hoje investigadores do Centro de Estudos Sociais de Coimbra; Ricardo Roque e Nuno Domingos, com mestrado em sociologia histórica pela FCSH, doutoramento em história pela Universidade de Cambridge, o primeiro, e em antropologia social pelo SOAS, o segundo, são hoje investigadores do Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa. Também se poderá dizer que há vantagens na existência de relações mais horizontais, de paridade e respeito, que não implicam a existência de hierarquias ou de chefes de fila, em busca da reprodução das suas ideias e da difusão de modelos interpretativos, que acabam por ser usados enquanto instrumentos pré-construídos, sem capacidade criativa ou experimental. Mais: a inexistência de um poder hierárquico talvez tenha criado as condições para uma maior concentração no debate e na crítica em torno da formulação de problemas e de argumentos. Uma escola, no fundo, idealizada tanto dentro como fora dos muros da academia, com capacidade para intervir na *agora*. Ou seja, sem deixar de reconhecer a ausência de uma institucionalização mais efectiva dentro da academia, ou da FCSH em particular, será de admitir que, numa base de relacionamento mais horizontal entre os membros da escola, se criaram as condições para novas experiências de colaboração entre todos os que partilham os mesmos princípios epistemológicos e revelam o mesmo interesse numa teoria da prática. A este respeito, será, hoje, de sublinhar o interesse da sociologia histórica em construir articulações com: as monografias antropológicas marcadas pela colecção “Portugal de Perto”, dirigida por Joaquim Pais de Brito; os trabalhos da escola sociológica do Porto, de Madureira Pinto a Virgílio Borges Pereira e Bruno Monteiro; as investigações de história literária e da espiritualidade do grupo do Porto de José Adriano Freitas de Carvalho; as novas orientações de estudos literários e culturais, comparativos e pós-coloniais, de Margarida Calafate Ribeiro e Manuela Ribeiro Sanches; a partilha de projectos, de investigação e ensino, com historiadores económicos, de Álvaro Ferreira da Silva a Pedro Lains; e a efectiva colaboração com politólogos e estudiosos das relações internacionais, de António Costa Pinto a Nuno Severiano Teixeira.

Enfim, mesmo reconhecendo todas as fraquezas e falhanços acabados de apontar, será possível recuperar a ideia de escola? É que a ausência de escolas pode sugerir, noutra sentido, uma ausência de projectos científicos e epistemológicos evidentes, o que não significa que concordemos com eles, tal como sucede no caso do CES, onde se faz sentir a marca intelectual de Boaventura Sousa Santos. O que me parece é que a ausência de escolas não elimina as clientelas ou as lógicas clientelares, estas passam apenas a estar determinadas por outros princípios, das relações ou afinidades políticas à proximidade social e todo o tipo de afinidades electivas, dimensões de uma academia muito pouco democrática. E, se assim acontece, prefiro as escolas, mesmo incompletas e precárias, pelo menos são menos opacas. Porém, a história dessas mesmas escolas no que à história e às ciências diz respeito não se esgota no género de depoimento como o que até aqui apresentei. Só através de uma análise mais distanciada – concebida menos como um testemunho dado a partir de dentro, por quem se acha no direito de julgar e apontar o dedo em relação aos falhanços individuais e do pequeno grupo –, atenta às grandes tendências e ao modo como funcionam as grandes configurações, nacionais e internacionais, relativas às áreas do conhecimento em causa, se poderá fazer uma história social da história e das ciências sociais e escapar a determinadas ideias do senso comum. Isto porque será sempre de admitir que a ideia de falhanço ou de sucesso institucional pode constituir um critério demasiado óbvio para ser aceite como a única chave de leitura da existência de uma escola.

Assim, para fugir à ideia um simples discurso de escola, seria necessário reconstituir um conjunto de processos capazes de dar conta de várias “escolas”. O que equivale a dizer que – em lugar de postular a existência de um objecto constituído por uma escola cujos contornos são claros, no interior de um campo de relações onde se cruzam disciplinas e lógicas interdisciplinares, situadas entre a sociologia e a história – talvez fosse preferível ter começado por construí-lo com base em quatro eixos – expressão de tendências mais gerais. Só desse modo seria possível escapar a uma lógica demasiado interna, do simples depoimento, e fugir a uma rememoração demasiado paroquial, centrada nos episódios de

um pequeno grupo. Nesse caso, o nosso objecto definir-se-ia, antes de mais, em função dos diferentes modos como foram aplicadas, de maneira mais ou menos explícita, as teorias da modernização. Trata-se de um denominador comum que engloba muitas e diferentes preocupações ou sensibilidades à mudança, enunciadas sob a forma de atrasos, bloqueios, na expressão que era cara a Vitorino Magalhães Godinho, divergências de uma sociedade dual, deficiente urbanização, permanência de estruturas arcaicas ou de antigo regime. Em segundo lugar, mas respeitando esta mesma sequência, haveria que considerar as questões relacionadas com a própria identidade da nação, as quais são inseparáveis das que caracterizaram o império, que alguns teimam, ainda, em considerar mais como um “modo português de estar nos trópicos”. Neste quadro, o século XX assistiu a uma espécie de coexistência entre as transformações de uma sociedade com as suas constantes de vida rural e as suas paisagens divididas entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e a concepção de projectos coloniais ou imperiais, fundados na ideia de missões integradoras ou de modernização, a começar por aquelas que visavam o recurso a ciências aplicadas, mas sem excluir o recurso sistemático à violência e à exploração. Em terceiro lugar, há que ter em conta o fascínio exercido pela própria investigação e conhecimentos científicos, bem como pela história, sobretudo a dos Descobrimentos ou do Império, em muitos dos casos, um interesse gerador de consensos ou de partilhas entre forças políticas de diferentes orientações, mas que comungaram da mesma crença numa ciência ou num conjunto de tecnologias ao serviço do Estado: nas suas políticas públicas, nas suas actividades de planeamento e fomento, bem como nas suas estratégias coloniais. Por último, será necessário reparar na progressiva centralidade atribuída à universidade, com exclusão ou simples esquecimento de outras instâncias. O lugar por ela ocupado criou uma nova relação de forças entre as mais diversas instituições e iniciativas, distinta de configurações anteriores, onde avultava o papel de publicistas, jornalistas e escritores, bem como o de instituições políticas e administrativas, a par das eclesiásticas.

No cruzamento dessas quatro dimensões, sobre as quais existem muitas dúvidas e incertezas, será possível encontrar um objecto a que

chamaríamos uma configuração intelectual e académica, com os seus modos específicos de lidar com as ciências sociais, a sociologia e a história. Trata-se de um objecto sobre o qual hesitamos, por se assemelhar mais a um programa de investigações sobre as quais pouco se sabe. Mas a minha hesitação está também relacionada com o peso dos discursos institucionais de declaração da autonomia de cada uma das escolas e da sua auto-proclamada excelência, contra o significado pífio ou o simples esquecimento atribuído às dos outros. É que o peso das escolas, com as suas formas de repetição do pensamento dos mestres, pode constituir-se num dos principais obstáculos à construção de uma história analítica e crítica das ciências sociais em Portugal, mais concretamente da sociologia nas suas relações com a história. Em seu lugar, o que temos são declarações, discursos e depoimentos que incidem sobre as mesmas escolas, desempenhando a função de bandeiras de afirmação ou de precedência no interior de um território, a bem de uma declaração solene do papel das instituições que triunfaram, precisamente porque se impuseram, enquanto instâncias de poder hierárquico, centradas na gestão de carreiras e, sobretudo, na reprodução dos famigerados grandes temas, que são hoje seleccionados com base em escolhas arbitrárias determinadas pelas políticas públicas europeias.

Uma outra hesitação acerca do modo de construir uma história das ciências sociais e da história, em Portugal, prende-se com a difusão de uma perspectiva, porventura errada, da periodização mais difundida e que encontra em 1974 um dos seus principais marcos, pois teria sido a partir daqui que as ciências sociais entraram na universidade. Trata-se de uma visão espontânea, que se naturalizou, há muito, sem discussão, a ponto de num dos testemunhos, gerador de muitos equívocos, se insinuar que, já nos finais da década de 1950, no âmbito de um Gabinete de Estudos Corporativos, se começara a preparar o 25 de Abril... Uma última dúvida diz respeito à força alcançada, hoje, por um conceito como o de internacionalização. É que, se aquilo que mais interessa realizar, dentro de uma academia, é encontrar relações em rede e ultrapassar as estreitas fronteiras da universidade portuguesa, para que a inovação se possa realizar através de um toque quase mágico ou por osmose, pelo

contacto com o estrangeiro, pouco ou nenhum interesse terá reflectir sobre um campo de relações académico cuja unidade se encontra num critério quase exclusivamente nacional. Pelo contrário, exercícios desta natureza mais parecem jogos paroquiais de celebração de acanhadas memórias, que acabam por impedir a entrada – tantas vezes em regime de faz de conta, conseguido através da participação em congressos ditos internacionais e da matrícula em associações do mesmo tipo – no mundo global e internacional. Trata-se, neste caso, da produção social de uma espécie de vergonha académica, em relação ao lugar em que trabalhamos, legitimada por um discurso que mitifica a internacionalização, insistindo sobretudo nos seus sinais exteriores.

Encontrados os principais eixos definidores do nosso objecto e enunciadas algumas dúvidas – relativas ao peso dos discursos de escola, à cronologia de celebração de Abril de 1974 e aos mitos da internacionalização –, será possível argumentar que uma história crítica das ciências sociais e da história terá de ser construída com base num tempo longo. Não se trata, aqui, de reivindicar um qualquer recuo no tempo para encontrar as raízes em configurações onde os elementos diferentes são em maior número do que aqueles que mantêm com a configuração que continuamos a habitar. Aliás, o exercício de análise histórica que aqui pretendemos realizar mantém uma relação estreita com a memória difusa de dentro da academia, com as suas sucessivas gerações, muito raramente organizadas de forma sequencial. Porém, só através de uma análise crítica dessa mesma memória será possível denunciar muitas das certezas relativas à relevância dos mestres e do sentido das carreiras individuais. Tal como a concebemos, em termos de uma hipótese que carece de demonstração, uma configuração das ciências sociais, desde a Segunda Guerra até aos nossos dias, foi marcada mais pelas tendências expansionistas do que pelas contracções. Aliás, estas mesmas contracções foram, em boa medida, determinadas por questões concretas de diminuição ou corte do financiamento quer individual, quer de grupo. E a consequência inevitável desse mesmo ciclo expansionista diz respeito à localização do momento – tantas vezes anunciado de modo mais ou menos catastrófico, tal como se se tratasse

de uma crise –da contracção ou do início da curva descendente. Ora, os malefícios da mesma contracção serão tão mais graves quanto uma nova geração, extremamente qualificada, corre o risco de nunca entrar dentro do sistema universitário, não se podendo deste modo criar novas formas de institucionalização das ciências sociais.

Referência para citação:

Curto, Diogo Ramada. “A sociologia histórica em Portugal: depoimento, crítica e história.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 4 (2017): 195-220.